VÓLIA BOMFIM

DIREITO DO TRABALHO

19.ª edição
Revista, atualizada e ampliada

gen | EDITORA MÉTODO

- A autora deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pela autora até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: *27.05.2022*

- A autora e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 *by*
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | *Grupo Editorial Nacional*
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Aurélio Corrêa; adaptação por Rejane Megale

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

B683d
19. ed.

Bomfim, Vólia
Direito do trabalho / Vólia Bomfim. – 19. ed. – Rio de Janeiro: Editora Método, 2022.
1480; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5964-561-9

1. Direito do trabalho – Brasil. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Título

22-78086 CDU: 349.2(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

abdr ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
Respeite o direito autoral

NOTA À 19ª EDIÇÃO

Mais uma edição do livro *Direito do Trabalho*, em 2022. Esta 19ª edição conta com todas as atualizações legislativas que ocorreram ao longo de 2021 e no primeiro semestre de 2022.

Foi incluído um novo Capítulo sobre a Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho.

Além disso, foram incluídas as novas decisões do STF, que influenciam na interpretação do Direito do Trabalho e do Processo do Trabalho em temas estudados na obra. Foram abordadas as medidas provisórias trabalhistas e atualizado o livro de acordo com o Decreto nº 10.854/2021 e a EC nº 115/2022.

Desejo uma boa leitura e sucesso nos estudos neste ano de 2022!

Maio de 2022
A Autora

SUMÁRIO

UNIDADE I
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO 1 – DIREITO DO TRABALHO (HISTÓRICO) 3

1. Trabalho 3
   1.1. Origem da Palavra 3
   1.2. Definição 3
2. Direito do Trabalho 3
   2.1. Conceito 3
   2.2. Características 5
   2.3. Denominação 8
   2.4. Divisão do Direito do Trabalho 8
   2.5. Natureza Jurídica ou Taxonomia 9
3. Fundamentos e Formação Histórica 11
   3.1. Fundamento 11
   3.2. Histórico Mundial 12
   3.3. Histórico no Brasil 16
   3.4. Consolidação das Leis do Trabalho – CLT 19

CAPÍTULO 2 – DIREITO DO TRABALHO 21

1. Publicização do Direito 21
2. Globalização e a Crise do Direito do Trabalho 22
3. Flexibilização e Desregulamentação 33
4. Princípio Constitucional da Condição mais Favorável como Limite à Flexibilização dos Direitos Fundamentais do Trabalho 42

CAPÍTULO 3 – FONTES DE DIREITO DO TRABALHO 51

1. Conceito de Fonte 51
2. Conceito de Fonte de Direito 51
   2.1. Direito Positivo – Conceito 51
3. Importância do Assunto 52

4. Fonte de Direito do Trabalho 52
5. Tipos 53
5.1. Fontes Materiais de Direito do Trabalho 54
5.2. Fontes Formais de Direito do Trabalho 55
5.2.1. Fontes Formais Autônomas ou Profissionais 55
5.2.2. Fontes Formais Heterônomas, Imperativas ou Estatais 55
5.2.3. Fontes Formais e Hierarquia Formal 56
6. Análise das Fontes Formais de Acordo com a Hierarquia 57
6.1. Constituição 57
6.2. Lei 60
6.3. Decretos 62
6.4. Sentenças Normativas 68
6.5. Convenções Coletivas e Acordos Coletivos 68
6.6. Costume 69
6.6.1. Formas 69
6.7. Jurisprudência 70
6.7.1. Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes 72
6.7.2. Precedentes Normativos 73
6.7.3. Orientações Jurisprudenciais 73
6.7.4. Súmulas, Súmulas Vinculantes e Súmulas Impeditivas 75
6.7.5. Limitações Impostas pela Lei nº 13.467/17 77
6.8. Tratados e Convenções Internacionais 80
6.9. Equidade 88
6.9.1. Julgamento com Equidade e Julgamento por Equidade 90
6.10. Princípios Gerais de Direito 93
6.11. Regulamento de Empresa 93
6.12. Contrato de Trabalho 95
6.13. Laudo ou Sentença Arbitral 96
7. Hierarquia das Fontes no Caso Concreto 96
7.1. Formal 96
7.2. Material 96
7.3. Critério de Comparação 97

CAPÍTULO 4 – INTERPRETAÇÃO DO DIREITO E DO DIREITO DO TRABALHO 103

1. Conceito de Interpretação 103

1.1. Conceito Jurídico de Interpretação 104
2. Interpretação Constitucional – Conceito 104
3. Constituição 104
4. Sistemas Específicos de Interpretação Constitucional 105
4.1. Métodos de Interpretação Constitucional 105
4.2. Princípios de Interpretação Constitucional 106
4.3. Modalidades de Princípios de Interpretação Constitucional 107
4.3.1. Princípio da Supremacia Constitucional 107
4.3.2. Princípio da Unidade da Constituição 107
4.3.3. Princípio da Concordância Prática ou da Harmonização .. 108
4.3.4. Princípio da Força Normativa da Constituição 108
4.3.5. Princípio da Máxima Efetividade ou da Eficiência 108
4.3.6. Princípio da Presunção de Constitucionalidade das Leis e dos Atos do Poder Público 109
4.3.7. Princípio do Efeito Integrador 109
4.3.8. Princípio da Interpretação Conforme a Constituição 110
4.3.9. Princípio da Proporcionalidade 114
4.4. Modernas Técnicas de Interpretação Constitucional 115
4.4.1. Controle de Constitucionalidade através da Interpretação Conforme a Constituição 115
4.4.2. Declaração de Inconstitucionalidade com Apelo ao Legislador 116
5. Hermenêutica Tradicional 117
6. Métodos de Interpretação e Escolas de Interpretação 118
6.1. Interpretação Tradicional, Gramatical ou Literal (Quanto aos Elementos ou à Natureza) 118
6.2. Interpretação Histórico-Evolutiva (Quanto aos Elementos ou à Natureza) 123
6.3. Interpretação Histórica (Quanto aos Elementos ou à Natureza) . 125
6.4. Interpretação Teleológica ou Lógica (Quanto aos Elementos ou à Natureza) 126
6.5. Interpretação Sistemática (Quanto aos Elementos ou à Natureza) 128
6.6. Interpretação através de Pesquisa Científica 129
6.7. Interpretação Extensiva, Interpretação Restritiva e Interpretação Declarativa (Quanto ao Resultado da Interpretação) 129
6.8. Interpretação Autêntica, Legislativa ou Legal (Quanto à Origem) 130

6.9. Interpretação Doutrinária ou Privada (Quanto à Origem) 131
6.10. Interpretação Judicial ou Jurisprudencial (Quanto à Origem) 131
6.11. Da Interpretação em Favor da Liberdade 131
7. Interpretação do Direito do Trabalho 132
8. Interpretação das Normas Coletivas 132

CAPÍTULO 5 – APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO TERRITÓRIO, NO TEMPO E NO ESPAÇO 135

1. No Território 135
2. No Tempo 136
3. No Espaço – Direito Internacional Privado do Trabalho 136
3.1. Aplicação da Lei Trabalhista no Território 137
3.1.1. Trabalho Permanente em um só País 138
3.1.2. Trabalho Transitório ou Intermitente pela Natureza do Serviço Executado em Diversos Países por Período de até 90 Dias 139
3.1.3. Transferência Provisória Superior a 90 Dias 140
3.1.4. Trabalho Prestado às Pessoas de Direito Público Internacional ou Equiparados (OIT, ONU, Representações Diplomáticas, Embaixadas ou Consulados) 142
3.1.5. Direito Marítimo e Aéreo 148
3.1.6. Itaipu 151
3.1.7. Lei nº 7.064/82 152
3.1.7.1. Teorias 153
3.1.8. Contrato e Norma mais Favorável 156

CAPÍTULO 6 – PRINCÍPIOS 157

1. Conceito de Princípio 157
2. Conceito Tradicional de Princípio de Direito 157
3. Conceito de Princípios Constitucionais 158
3.1. Eficácia dos Princípios Constitucionais 159
3.2. Regras e Princípios Constitucionais na Visão de Canotilho 162
3.2.1. Função dos Princípios para Canotilho 163
3.3. Funções dos Princípios para o Direito Moderno 164
3.4. Princípios, Regras e Valores Constitucionais na Visão Moderna Brasileira 166
4. Princípios × Fontes – Visão Trabalhista 168

5. Princípios Aplicáveis ao Direito do Trabalho 169
5.1. Princípios Universais de Direito do Trabalho 169
5.2. Princípios Gerais Constitucionais de Direito do Trabalho 170
5.3. Princípios Constitucionais Específicos de Direito do Trabalho 171
5.4. Princípios Gerais Aplicáveis ao Direito do Trabalho 172

CAPÍTULO 7 – PRINCÍPIOS DE DIREITO DO TRABALHO 173

1. Introdução 173
2. Espécies 175
2.1. Princípio da Prevalência da Condição mais Benéfica ao Trabalhador 175
2.1.1. Requisitos 176
2.1.2. Condição Favorável 176
2.1.3. Habitualidade na Concessão do Benefício 177
2.1.4. Concessão Voluntária e Incondicional 178
2.1.5. Inexistência de Impedimento Legal 180
2.1.6. Exceções ao Princípio da Prevalência da Condição mais Favorável ao Trabalhador 181
2.2. Princípio da Norma mais Favorável ao Trabalhador 183
2.3. Princípio do *In Dubio Pro Misero* ou *In Dubio Pro Operario* 186
2.3.1. Requisitos 189
2.4. Princípio da Primazia da Realidade 191
2.5. Princípio da Intangibilidade e da Irredutibilidade Salarial 196
2.6. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego 197
2.7. Princípio da Continuidade da Empresa, ou da Preservação da Empresa, ou Função Social da Empresa 198
2.8. Princípio da Inalterabilidade Contratual *In Pejus* 208
2.8.1. Outras Exceções 209
2.9. Princípio da Irrenunciabilidade e da Intransacionabilidade 211
2.9.1. Conciliação Judicial e Extrajudicial 227
2.9.2. Renúncias e Transações Previstas em Lei ou Toleradas pela Jurisprudência 227
2.9.3. Das Comissões de Conciliação Prévia e da Súmula nº 330 do TST 229
2.9.4. Renúncia e Transação de Direitos Privados 238
2.10. Princípio da Boa-fé 239

2.10.1. Princípio do Rendimento 240
2.11. Princípio da Alheiabilidade ou *Ajenidad* 241
2.12. Princípio da Unidade, da Estabilidade ou da Segurança 242

CAPÍTULO 8 – RELAÇÃO DE EMPREGO 245
1. Natureza Jurídica da Relação de Emprego – Resumo das Teorias 246
1.1. Teoria Anticontratualista 246
1.2. Teoria Acontratualista ou Paracontratualista 248
1.3. Teoria Contratualista e Teoria Eclética ou Sincrética 249
1.3.1. Evolução Histórica da Teoria Contratualista 250
1.3.2. Teoria do Arrendamento ou Locação 250
1.3.3. Teoria da Compra e Venda 250
1.3.4. Teoria do Mandato 251
1.3.5. Teoria da Sociedade 251

CAPÍTULO 9 – REQUISITOS PARA CARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 253
1. Conceito e Caracterização 254
2. Empregado Urbano ou Rural 255
2.1. Pessoalidade 255
2.2. Subordinação Jurídica 258
2.2.1. Subordinação Direta e Indireta 260
2.2.2. Subordinação Objetiva e Subjetiva 261
2.2.3. Parassubordinação 262
2.2.4. Subordinação Estrutural ou Integrativa 264
2.3. Onerosidade 265
2.4. Habitualidade ou Não Eventualidade 271
2.5. Risco do Negócio do Empregador 276
2.6. *Ajenidad* ou Alheiabilidade ou Alienidade 279
2.7. Exclusividade 282

CAPÍTULO 10 – TRABALHADORES E EMPREGADOS ESPECIAIS 283
1. Trabalhador Eventual 283
2. Adventícios 288
3. Autônomo 288
4. Profissionais Liberais 291

5. Trabalhador Avulso Portuário e Não Portuário 292
5.1. Trabalhador Avulso 292
5.2. Conceito 293
5.3. Avulso Portuário 297
5.4. Competência da Justiça do Trabalho 299
5.5. Trabalho Portuário 299
5.5.1. Breve Histórico 299
5.5.2. Princípios 300
5.5.3. Trabalho Portuário 303
5.6. OGMO 306
5.7. Instalações Portuárias 307
5.8. Trabalhador Portuário e Trabalhador Portuário Avulso 308
5.9. Direitos dos Trabalhadores Avulsos 309
6. Trabalhador Temporário 312
7. Relação de Emprego entre Cônjuges ou Companheiros 313
8. Relação de Emprego entre Pai e Filho e entre Parentes 314
9. Trabalhadores Intelectuais 314
10. Altos Empregados ou Empregados de Confiança 315
10.1. Conceito 315
10.2. Espécies 315
11. Pastor e Igreja ou Padre e Igreja 319
12. Representante Comercial 319
12.1. Conceito 319
12.2. Semelhanças e Distinções entre Vendedor Empregado e Representante Comercial 320
13. Cooperado x Cooperativa 322
13.1. Conceito 322
13.2. Natureza Jurídica 324
13.3. Princípios 324
13.4. Normas e Legislações Aplicáveis 325
13.5. Objetivo 327
13.6. Vínculo entre o Cooperado e a Cooperativa ou entre o Cooperado e o Tomador 327
14. Estagiário 329
14.1. Requisitos para a Validade do Estágio 330
14.2. Tipos de Estágio e Tempo Máximo de Duração 332

14.3. Jornada de Trabalho do Estagiário 332
14.4. Direitos do Estagiário após a Lei nº 11.788/08 333
15. Mãe Crecheira, Mãe Social, Mãe Substituta 333
16. Indígena 338
17. Trabalho Voluntário 339
18. Trabalho do Preso 340
19. Transportador Autônomo de Cargas 341

CAPÍTULO 11 – EMPREGADOS DOMÉSTICOS 345

1. Histórico e Regulamentação Legal 345
2. Contrato e Conceito 346
3. Eficácia dos Direitos Constitucionais do Empregado Doméstico 357
4. Direitos 359
   4.1. Salário Mínimo 362
   4.2. Irredutibilidade, Intangibilidade e Impenhorabilidade de Salário 368
   4.3. Décimo Terceiro Salário 368
   4.4. Repouso Semanal Remunerado e Feriados 369
   4.5. Férias Acrescidas de 1/3 370
   4.6. Licença-Maternidade, Paternidade e Estabilidade Gestante 374
   4.7. Aviso Prévio, Contrato Determinado, Justa Causa e Verbas da Rescisão 378
   4.8. Vale-transporte 381
   4.9. FGTS e Seguro-Desemprego 381
5. Da Jornada, Intervalo e Adicional Noturno 382
6. Do Menor Doméstico 384
7. Da Prescrição para o Doméstico 385
8. Representação em Juízo 387
9. Documentos e Testemunhas 388
10. Sucessão 388
11. Normas Coletivas e Sindicato 389
12. Princípios 390
13. Contrato por Obra Certa – Construção ou Reforma de Imóvel 390

CAPÍTULO 12 – TRABALHADOR RURAL 393

1. Histórico 393
2. Campo de Aplicação 393

3. Conceito e Enquadramento Legal 395
4. Propriedade Rural e Prédio Rústico 403
5. Conceito de Empregador Rural 403
5.1. Consórcio de Empregadores Rurais 405
5.2. Grupo Econômico Rural 406
6. Trabalhadores Rurais 406
6.1. Contrato Misto 408
7. Distinções entre o Empregado Rural e o Urbano – Lei nº 5.889/73 409
7.1. Peculiaridades do Trabalhador Rural e Distinções 409
7.1.1. Aviso Prévio 409
7.1.2. Intervalo Interjornada 409
7.1.3. Intervalo 410
7.1.4. Horário e Adicional Noturno 410
7.1.5. Safrista 411
7.1.6. Utilidades 411
7.1.7. Moradia 412
7.1.8. FGTS e PIS 413
7.1.9. Salário-família 413
7.1.10. Insalubridade e Periculosidade 413
7.1.11. Discriminação a Idade 413
7.1.12. Enquadramento Sindical e Categoria Diferenciada 414
7.1.13. Prescrição Parcial 414

CAPÍTULO 13 – EMPREGADOR 421
1. Despersonificação do Empregador 421
1.1. Empregador – Empresa 421
1.2. Empregador "por Equiparação" 423
1.3. Empresa e Estabelecimento 425
1.3.1. Alienação do Estabelecimento. Trespasse. Visão Civil 427
2. Desconsideração da Pessoa Jurídica 428
2.1. Criação da Pessoa Jurídica 428
2.2. Pessoa Jurídica – Natureza Jurídica 428
2.3. Desconsideração da Pessoa Jurídica 429
2.3.1. Requisitos 431
2.4. Origem Histórica 431
2.5. Terminologia 432

2.6. Direito do Consumidor e Direito do Trabalho 432
3. Responsabilidade entre Sócio e Sociedade 433
3.1. Responsabilidade Ilimitada 434
3.2. Responsabilidade Limitada 435
3.3. Sociedade Limitada (Arts. 1.052/1.087 do Código Civil) 435
3.4. Teoria *Ultra Vires* 436
3.5. Responsabilidade Solidária ou Subsidiária entre Sócio e Sociedade 437
4. Grupo Econômico 438
4.1. Conceito 438
4.2. Grupo por Subordinação e por Coordenação 439
4.3. Requisitos para a Caracterização 444
4.4 Pessoas Físicas ou Jurídicas que Não Exploram Atividade Lucrativa 445
4.5. Solidariedade 447
4.6. Aspecto Processual 449

CAPÍTULO 14 – SUCESSÃO DE TITULARES DA EMPRESA OU DE EMPRESÁRIOS 451

1. Conceito 451
1.1. Nomenclatura 452
1.2. Transferência 454
1.3. Provisória ou Definitiva 456
1.4. Título Público ou Privado 456
1.4.1. Privatização ou Desestatização 457
1.4.2. Estatização 459
1.4.3. Substituição de Concessionário de Serviço Público 460
1.4.4. Desmembramento de Município 463
1.4.5. Cartórios Extrajudiciais 463
1.4.6. Leilão Público ou Hasta Pública 468
1.4.7. Lei 471
1.5. Formas Especiais de Sucessão 471
1.5.1. Liquidação Extrajudicial 471
1.6. Oneroso ou Gratuito 472
1.7. Sucessor Continua Explorando a mesma Atividade-fim que o Sucedido 472

1.8. Desnecessária a Continuidade da Prestação de Serviços do Empregado ... 473
1.9. O Sucedido fica Desonerado das Dívidas Trabalhistas após a Sucessão ... 474
2. Natureza Jurídica ... 475

CAPÍTULO 15 – TERCEIRIZAÇÃO ... 479
1. Terminologia ... 479
2. Conceito ... 481
3. Fundamentos ... 482
4. Divisão ... 483
5. Brasil – Histórico Legislativo ... 490
6. Estudos de Alguns Casos ... 492
6.1. Art. 455 da CLT ... 492
6.1.1. Dono da Obra ... 494
6.2. Lei nº 6.019/74 ... 494
6.3. Lei nº 7.102/83 ... 498
6.3.1. Diferenças: Vigilante, Segurança e Vigia ... 499
6.4. Art. 442, Parágrafo Único, da CLT – Sociedades Cooperativas ... 502
6.5. Administração Pública e o Art. 37, II, da CRFB ... 503
6.6. Súmula nº 331, III, do TST ... 505
6.7. Terceirização Geral ou Prestação de Serviços a Terceiros – Arts. 4º-A e ss. da Lei nº 6.019/74 ... 506
7. Da Responsabilidade ... 508
7.1. Responsabilidade do Intermediador de Mão de Obra ... 508
7.2. Responsabilidade do Tomador de Mão de Obra ... 509
7.2.1. Tomador Privado ... 509
7.2.2. Tomador Público ... 509
7.2.3. Outros Casos Expressos ... 513
8. Direitos do Trabalhador Terceirizado ... 514

CAPÍTULO 16 – CONTRATO DE TRABALHO ... 517

Título I – Fases de Formação do Contrato ... 517

Título II – Contrato de Trabalho ... 522
1. Conceito ... 522
2. Contrato Intermitente ... 525

3. Denominação 530
4. Características 530
5. Morfologia ou Formação 532

CAPÍTULO 17 – REQUISITOS OU ELEMENTOS DO CONTRATO DE TRABALHO 533

1. Elementos Essenciais 533
1.1. Elementos Essenciais Extrínsecos 534
1.1.1. Agente Capaz 534
1.1.1.1. Idade 536
1.1.1.2. Emenda Constitucional nº 20/98 537
1.1.1.3. Idade para o Trabalho 538
1.1.1.4. Do Contrato de Trabalho do Menor de 16 Anos 539
1.1.1.5. Capacidade Relativa 544
1.1.1.6. Idade 544
1.1.1.7. Mulher 549
1.1.1.8. Menor Aprendiz 550
1.1.2. Objeto Lícito 553
1.1.2.1. Possibilidade Física do Objeto 559
1.1.2.2. Determinação do Objeto 560
1.1.3. Formação Proibida, Forma Prescrita ou Não Defesa em Lei e "Proibição Legal" 560
1.1.3.1. Estudo de Alguns Casos 564
1.1.3.2. Policial Civil, Militar 565
1.1.3.3. Condições Especiais 567
1.1.4. Ausência dos Requisitos Essenciais 567
1.1.4.1. Características da Nulidade Absoluta 568
1.1.4.2. Características da Nulidade Relativa – Art. 177 do CC 568
1.1.4.3. Restituição ao Estado Anterior – Art. 182 do CC .. 568
1.2. Elementos Essenciais Intrínsecos (ou Requisitos Intrínsecos) 569
1.2.1. Defeitos do Negócio Jurídico 569
1.2.1.1. Erro, Dolo e Coação 569
1.2.1.2. Consequência da Nulidade Relativa – Erro, Dolo e Coação 570

1.2.1.3. Estado de Perigo e Lesão 570
1.2.1.4. Simulação – Art. 167 do Código Civil 571
1.2.1.5. Fraude 572
1.2.2. Causa – Art. 140 do CC 572
2. Elementos Naturais 573
3. Elementos Acidentais 573

CAPÍTULO 18 – ESPÉCIES DE CONTRATO DE TRABALHO 575

Título I – Quanto ao Tempo (Contrato por Prazo Determinado) 575

1. Teoria Geral e Regra 575
2. Forma 576
3. Hipóteses 577
4. Contrato a Termo ou sob Condição Resolutiva 578
5. Duração 583
5.1. Contrato com Prazo Superior ao Estabelecido em Lei 586
6. Prorrogação e Continuação 587
7. Suspensão, Interrupção e Estabilidade 589
8. *Dies ad Quem* do Contrato a Termo 591
9. Sucessão de Contratos a Termo 593
10. Requisitos para sua Validade 596
11. Tipos 597
11.1. Art. 443, § 2º, da CLT 597
11.1.1. Contrato de Experiência 597
11.2. Lei de Estímulo aos Novos Empregos – Lei nº 9.601/98 604
11.3. Obra Certa – Lei nº 2.959/56 606
11.4. Safra – Art. 14 da Lei nº 5.889/73 607
11.5. Artista – Lei nº 6.533/78 608
11.6. Técnico Estrangeiro – Decreto-Lei nº 691/69 608
11.7. Atleta Profissional – Lei nº 9.615/98 610
11.8. Contrato Temporário – Lei nº 6.019/74 611
11.9. Empregados Contratados ou Transferidos para Trabalho no Exterior – Lei nº 7.064/82 612
12. Contrato por Prazo Determinado com Cláusula Assecuratória de Rescisão Antecipada Recíproca 613
13. Extinção do Contrato por Prazo Determinado e seus Efeitos 613

13.1. Extinção Natural do Contrato a Termo – Contrato de Safra, Temporário e Obra Certa 616
14. Acordo Coletivo e Convenção Coletiva 618

Título II – Quanto aos Sujeitos Ativos (Número de Empregados) 618

15. Contrato de Equipe 618
15.1. Conceito e Características 618

Título III – Quanto à Continuidade **621**

16. Contrato Intermitente 621

CAPÍTULO 19 – DURAÇÃO DO TRABALHO 623

1. Fundamento 623
2. Jornada e Horário de Trabalho 623
3. Trabalho Extraordinário 625
4. Tempo ou Trabalho Além do Limite Legal ou Contratual 625
4.1. Tempo à Disposição 625
4.1.1. Art. 4º da CLT 625
4.1.2. Horas *In Itinere* – Vigente antes da Lei nº 13.467/17 629
4.1.2.1. Itinerário Casa-Trabalho-Casa – antes da Lei nº 13.467/17 630
4.1.2.2. Empresa Situada em Local de Difícil Acesso ou Não Guarnecida por Transporte Público e "Regular" – antes da Lei nº 13.467/17 630
4.1.2.3. Condução Fornecida pelo Empregador – antes da Lei nº 13.467/17 631
4.1.3. Sobreaviso e Prontidão 631
4.1.4. Intervalo Não Previsto em Lei 635
4.1.5. Intervalo Não Concedido ou Suprimido 635
4.1.6. Intervalo Concedido Parcialmente 638
4.1.7. Trabalho Além da Jornada 639
4.1.7.1. Horas Extras Obrigatórias 641
5. Compensação de Jornada 641
5.1. Limite de Dez Horas por Dia 643
5.2. Limite de Duas Horas por Dia 644
5.3. Forma 645
5.4. Prazo Máximo 646
5.4.1. Condições Especiais 647

5.4.2. Empregado Público ... 647
6. Turnos Ininterruptos de Revezamento ... 647
7. Alteração da Jornada ... 650
8. Contrato por Tempo Parcial ... 652
9. Jornada Noturna ... 655
9.1. Hora Extra Noturna ... 656
10. Jornadas Especiais ... 657
10.1. Advogado ... 657
10.1.1. Acordo ... 658
10.1.2. Norma Coletiva ... 658
10.1.3. Exclusividade ou Dedicação Exclusiva ... 658
10.1.4. Conceito ... 659
10.1.5. Hora Extra e Noturna do Advogado ... 660
10.2. Engenheiros e Médicos ... 660
10.3. Digitadores ... 661
10.4. Telefonistas ... 662
10.5. Professores ... 662
11. Trabalhadores Excluídos ... 666
11.1. Constitucionalidade do Art. 62 da CLT ... 666
11.2. Excluídos ... 667
11.2.1. Empregado de Confiança que Tenha Padrão mais Elevado de Vencimentos ... 667
11.2.2. Função de Confiança ... 668
11.2.3. Primeiro Grupo – "Gerente" ... 669
11.2.4. Segundo Grupo – "Gerentão" ... 670
11.2.5. Percepção de Gratificação de 40% ou Majoração Salarial Correspondente a 40% ... 674
11.2.6. Terceiro Grupo – Diretores ... 676
11.3. Trabalhadores Externos ... 678
11.3.1. Primeiro Grupo ... 678
11.3.1.1. Trabalhador em Domicílio ... 679
11.3.1.2. Motoristas ... 680
11.3.2. Segundo Grupo ... 681
11.3.3. Terceiro Grupo ... 682
11.3.4. Anotação na CTPS da Condição de Trabalhador Externo 682
11.4. Teletrabalho ... 682

11.4.1. Alterações no Teletrabalho Trazidas pela MP nº 1.108/2022 ... 686
12. Adicional de Hora Extra (Cabimento) e Horas Extras Obrigatórias ... 691
12.1. Intervalo Intrajornada Suprimido ... 691
12.2. Art. 61 da CLT ... 692
12.2.1. Hora Extra Obrigatória ... 692
12.3. Ferroviário ... 695
13. Invalidade do Acordo de Compensação ... 695
14. Pré-contratação de Horas Extras ... 698
15. Valores dos Adicionais de Horas Extras ... 698
16. Supressão das Horas Extras ... 699
17. Base de Cálculo das Horas Extras e Integração ... 700
18. Cartões de Ponto ... 702
19. Sinopse ... 704

CAPÍTULO 20 – REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADOS ... 707

1. Breve Histórico ... 707
2. Denominação ... 708
3. Finalidade ... 708
4. Natureza Jurídica ... 708
5. Campo de Aplicação ... 709
6. Características do Descanso ... 710
7. Requisitos ... 711
8. Descanso Após o 7º Dia ... 714
9. Atividades Autorizadas a Funcionarem aos Domingos/Escala de Revezamento ... 716
9.1. Compensação de Jornada – Trabalho 12 × 12, 12 × 24 e 12 × 36 – Descanso Semanal ... 720
10. Trabalho em Dia de Repouso e Feriado ... 722
11. Feriados ... 723
12. Remuneração do Repouso Semanal ... 726

CAPÍTULO 21 – INTERVALOS INTRAJORNADAS E INTERJORNADAS ... 731

1. Conceito e Finalidade ... 731
2. Natureza Jurídica ... 731
3. Hipóteses ... 731
3.1. Intervalos Entrejornadas ou Interjornadas ... 731
3.2. Intervalos Intrajornadas ... 732

4. Intervalo para Repouso e Alimentação 732
4.1. Duração 732
4.2. Controle 735
4.3. Redução 736
4.4. Prorrogação do Intervalo e Concessão de Intervalo Não Previsto em Lei 738
4.5. Transação, Renúncia ou Supressão 738
4.6. Intervalo Trabalhado ou Concedido Parcialmente – Art. 71, § 4º, da CLT 739
5. Intervalo do Digitador 739
6. *Call Center*, *Telemarketing* ou Teleatendimento 740
7. Intervalo entre Dois Dias de Trabalho 741
8. Intervalo para Amamentação 741

CAPÍTULO 22 – FÉRIAS 743
1. Breve Histórico – Brasil 743
2. Aplicação 743
3. Conceito e Fundamentos 744
4. Natureza Jurídica 745
5. Período de Férias e Duração 746
6. Aquisição do Direito 750
7. Férias Proporcionais 751
7.1. Pedido de Demissão, Justa Causa e Convenção da OIT 752
8. Faltas no Período Aquisitivo 755
9. Concessão 757
9.1. Período de Concessão 757
9.2. Forma de Pagamento 758
9.3. Terço Constitucional 759
9.3.1. Terço Constitucional sobre o Abono 761
9.4. Concessão Fora do Prazo 761
10. Época das Férias – Períodos – Regra Especial 762
11. Fracionamento das Férias 763
12. Proibição de Trabalho a Outro Empregador 763
13. Comunicação das Férias e Época do Pagamento 764
14. Férias Coletivas 765
15. Abono de Férias 766

16. Efeitos da Cessação do Contrato de Trabalho 767
17. Prescrição 768

CAPÍTULO 23 – SALÁRIO 769

1. Salário 769
   1.1. Conceito 770
   1.2. Natureza Jurídica do Salário 770
2. Remuneração 771
   2.1. Conceito 771
      2.1.1. Gorjeta 771
      2.1.2. Integração 777
   2.2. Luvas e Bicho 779
3. Elementos do Salário 780
   3.1. Breves Comentários às Modificações Trazidas pela Lei nº 13.467/17 ao Art. 457 da CLT 781
4. Salário-utilidade 783
   4.1. Conceito e Requisitos 783
   4.2. Pagamento em Dinheiro 785
   4.3. Espécies e Valor da Utilidade 786
   4.4. Descontos 789
   4.5. Tipos de Utilidades 791
      4.5.1. Alimentação 791
      4.5.2. PAT (Lei nº 6.321/76) 794
      4.5.3. Etapa 794
      4.5.4. Habitação 795
      4.5.5. Transporte 796
      4.5.6. Vale-transporte 798
      4.5.7. Vestuário 800
      4.5.8. Higiene, Previdência, Saúde, Educação e Lazer 802
      4.5.9. Cultura 803
5. Gratificações 804
   5.1. Gratificação de Função 807
   5.2. Gratificação Semestral 809
   5.3. Gratificação de Quebra de Caixa 809
   5.4. Gratificação Natalina ou Décimo Terceiro Salário 810
   5.5. Gratificação de Balanço ou Participação nos Lucros 814

5.6. Gratificação por Tempo de Serviço ... 816
6. Comissões ... 817
6.1. Vendedor Pracista e Representante Comercial – Comissões ... 822
7. Prêmio ... 824
7.1. Conceito ... 824
8. Ajuda de Custo e Diárias de Viagem ... 827
9. Complementação de Aposentadoria ... 828
10. Adicionais ... 830
10.1. Conceito ... 830
10.2. Tipos ... 831
10.2.1. Adicional Noturno ... 831
10.2.2. Adicional de Hora Extra ... 833
10.2.3. Art. 61 da CLT ... 834
10.2.4. Invalidade do Acordo de Compensação ... 836
10.2.5. Valores dos Adicionais de Horas Extras ... 837
10.2.6. Adicional de Insalubridade e Periculosidade ... 838
10.2.6.1. Introdução ... 838
10.2.6.2. Taxatividade ... 839
10.2.6.3. Insalubridade ... 842
10.2.6.4. Periculosidade ... 847
10.2.6.5. Enquadramento das Atividades Insalubres e Perigosas e Prova Pericial ... 850
10.2.6.6. Acumulação dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade ... 854
10.2.7. Adicional de Penosidade ... 855
10.2.8. Adicional de Transferência ... 855
11. Abonos ... 861
12. Verba de Representação ... 862
13. PIS-Pasep ... 863
14. *Stock Options* ... 864
15. Projeções ou Integrações ... 865
15.1. Considerações Gerais ... 865
15.2. Habitualidade ... 866
15.2.1. 13º Salário ... 866
15.2.2. Férias ... 868
15.2.3. Aviso Prévio e Parcelas da Rescisão Contratual ... 869

15.2.4. RSR 870
15.2.5. Comissionistas 871

CAPÍTULO 24 – AJUSTE E FIXAÇÃO SALARIAL 873

1. Fixação do Salário 873
   1.1. Quanto ao Valor 875
   1.2. Limitações ao Valor Mínimo do Salário 875
      1.2.1. Salário Mínimo 876
      1.2.2. Salário Mínimo Profissional Legal – Absoluto 880
      1.2.3. Salário Mínimo Profissional Relativo 881
      1.2.4. Salário Mínimo Normativo Sindical 881
2. Irredutibilidade Salarial – Flexibilização 881
3. Intangibilidade Salarial 886
   3.1. Descontos Permitidos em Lei 887
4. Tipos de Salários 896
5. Pagamento do Salário 901
   5.1. Periodicidade 901
6. Modo e Época de Pagamento do Salário 901
7. Moeda Estrangeira 903
8. Truck System 904
9. Retenção 904
10. Forma de Pagamento 905
11. Atraso no Pagamento do Salário 905
12. Prova do Pagamento do Salário 906
13. Cessão do Salário ou de Crédito Trabalhista 906

CAPÍTULO 25 – DANO 907

1. Conceito de Dano 907
   1.1. Dano Reflexo ou em Ricochete 907
2. Indenização – Requisitos 908
   2.1. Dano 908
      2.1.1. Dano Patrimonial 909
      2.1.2. Dano Emergente ou Positivo 909
      2.1.3. Lucro Cessante ou Dano Futuro 910
   2.2. Ato Ilícito 910
   2.3. Abuso de Direito 911

2.4. Atividade de Risco 912
2.5. Nexo Causal 917
2.6. Nexo Concausal ou Concausa 917
3. Acumulação das Indenizações – Acidente de Trabalho 918
3.1. Benefício Previdenciário × Indenização por Acidente de Trabalho 918
3.1.1. Acidente de Trabalho sem Sequelas 918
3.1.2. Acidente de Trabalho com Sequela – Invalidez 921
3.1.3. Prescrição 927
3.1.4. Fluência do Prazo Prescricional 930
4. Dano Moral ou Extrapatrimonial 931
4.1. Espécies 931
4.2. Conceito 934
4.3. Transmissibilidade 942
4.4. Quantificação da Indenização do Dano Moral 942
4.4.1. Quantificação 943
4.5. Dano Moral Vertical e Horizontal 946
4.6. Dano Moral Coletivo 946
4.6.1. Direitos e Interesses Difusos 948
4.6.2. Direitos e Interesses Coletivos 948
4.6.3. Direitos e Interesses Individuais Homogêneos 950
4.7. Assédio Moral ou Psicoterrorismo 951
4.7.1. Reparação 953
4.8. Assédio Sexual 953
4.9. Correção Monetária e Juros de Mora Incidentes sobre o Valor da Indenização por Danos Morais 955
5. Descontos Indenizatórios por Dano Patrimonial 956
6. Limite de Desconto 957

CAPÍTULO 26 – IGUALDADE SALARIAL 959

1. Equiparação Salarial 959
1.1. Requisitos 959
1.1.1. Contemporaneidade 960
1.1.2. Mesmo Empregador 961
1.1.3. Identidade de Atribuições 962
1.1.4. Mesma Localidade × Mesmo Estabelecimento 964

1.1.5. Diferença de Tempo na Função Não Superior a Dois Anos a Favor do Modelo × Diferença de Tempo no Emprego Não Superior a Quatro Anos a Favor do Modelo 964
1.1.6. Identidade de Produtividade e Perfeição Técnica 965
1.1.7. Inexistência de Plano de Cargos e Salários com Previsão Alternada de Promoção por Antiguidade e Merecimento × Inexistência de Plano de Cargos e Salários, Podendo Conter Previsão de Promoção por Merecimento e/ou por Antiguidade 965
1.1.8. Mesmo Regime Jurídico e Empregado Público 967
1.1.9. O Modelo Não Pode Ser Empregado Readaptado 968
1.1.10. Desnível Salarial Originado de Sentença × Equiparação em Cadeia Vedada 968
1.1.11. Discriminação Salarial por Etnia ou Sexo 968
1.1.12. Número de Paradigmas 968
1.1.13. Ônus da Prova 969
2. Enquadramento e Desvio de Função 969
3. Salário-substituição 970
3.1. Conceito e Requisitos 970
4. Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro 972
5. Isonomia entre o Trabalhador Temporário e o Efetivo 973

CAPÍTULO 27 – SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 975
1. Suspensão e Interrupção 975
2. Suspensão 975
2.1. Conceito e Características 975
2.2. Obrigações das Partes Durante a Suspensão Contratual 977
2.3. Prescrição 978
2.4. Despedida Injusta no Curso da Suspensão 979
3. Hipóteses de Suspensão 980
3.1. Serviço Militar Obrigatório – Art. 472 da CLT 980
3.2. Encargos Civis Públicos 980
3.3. Mandato Sindical 980
3.4. Suspensão Disciplinar 981
3.5. Suspensão para Responder a Inquérito Judicial 981
3.6. Diretor Eleito de S/A 982
3.7. Greve – Lei nº 7.783/89 982
3.8. Auxílio-doença 983

3.9. Aposentadoria por Incapacidade Permanente 985
3.10. Licença-maternidade 985
3.11. Acidente de Trabalho 990
3.12. Suspensão para Curso 990
3.13. Faltas Injustificadas 991
3.14. Afastamento por até Seis Meses 991
3.15. Trabalho Intermitente 991
3.16. Suspensão Temporária do Contrato – Pandemia de Coronavírus 991
4. Interrupção do Contrato de Trabalho 993
4.1. Conceito 993
4.2. Hipóteses de Interrupção 993

CAPÍTULO 28 – SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO – SAÚDE DO TRABALHADOR 997
1. Introdução 997
2. Meio Ambiente do Trabalho 997
2.1. Breve Histórico 997
2.2. Convenções da OIT 1000
2.3. Noções de Saúde e Segurança 1002
2.4. Meio Ambiente 1003
2.5. Princípios Ambientais Constitucionais 1003
2.6. Saúde e Segurança no Meio Ambiente do Trabalho 1004
3. Conclusão 1007

CAPÍTULO 29 – ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1009
1. Alteração das Cláusulas Contratuais 1009
2. Classificação das Alterações de Cláusulas Contratuais 1009
2.1. Obrigatória e Voluntária 1010
2.2. Quantitativa e Qualitativa 1012
2.3. Lícitas ou Ilícitas 1012
2.4. Alterações de Cláusulas Contratuais 1013
3. Novação 1023
4. *Ius Resistentiae* e *Ius Variandi* 1024

CAPÍTULO 30 – EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1027
1. Terminologia 1027

2. Causas 1028
2.1. Extinção Normal 1028
2.1.1. Terminação Antecipada do Contrato a Termo 1029
2.1.1.1. Iniciativa do Empregador 1029
2.1.1.2. Iniciativa do Empregado 1031
2.1.1.3. Força Maior e Culpa Recíproca 1031
2.1.2. Contratos Submetidos a Condição Resolutiva 1032
2.2. Extinções Anormais – Espécies ou Modos 1032
2.2.1. Resilição 1033
2.2.2. Resolução 1033
2.2.3. Rescisão 1033
2.2.4. Força Maior 1034
2.2.5. *Factum Principis* 1035
2.2.6. Morte 1036
2.2.7. Extinção da Empresa, Fechamento ou Falência 1036
2.2.8. Aposentadoria 1037
2.2.9. *Ope Judicis* 1044
2.2.10. Extinção de Pleno Direito 1044

CAPÍTULO 31 – RESILIÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1045
1. Distrato 1045
2. Dispensa ou Despedida 1048
2.1. Conceito 1048
2.2. Natureza Jurídica 1049
2.3. Modo, Efeito e Tipos 1050
2.4. Requisitos 1050
3. "Pedido de" Demissão 1052
3.1. Conceito 1053
3.2. Natureza Jurídica 1053
3.3. Modo e Efeito 1053
3.4. Requisitos 1053
3.5. Penalidade Prevista no Art. 477, § 8º, da CLT 1056
3.6. Quitação Parcial 1061

CAPÍTULO 32 – AVISO PRÉVIO 1063
1. Histórico 1063

2. Conceito e Regras Gerais 1063
3. Forma 1066
4. Extinção do Contrato 1066
5. Natureza Jurídica 1067
5.1. Trabalhado 1067
5.2. Indenizado pelo Empregador 1067
5.3. Indenizado pelo Empregado 1069
6. Prazo e Retratação 1070
6.1. Contagem 1071
7. Finalidade 1071
8. Efeitos 1071
8.1. Empregado Urbano 1071
8.1.1. Jornada Reduzida ou Dispensa do Trabalho por Sete Dias 1071
8.1.2. Jornada Reduzida Não Concedida 1073
8.1.3. Integração ao Tempo de Serviço do Aviso Prévio Indenizado 1073
8.2. Empregado Rural 1074
8.3. Doméstico 1075
9. Prazo do Aviso Prévio 1075
10. Aviso Prévio Proporcional 1075
10.1. Aviso Prévio Proporcional ao Tempo de Serviço 1076
10.2. Campo de Aplicação 1078
10.3. Prazo 1078
10.4. Aviso Prévio Trabalhado – Art. 488 da CLT 1079
10.5. Aviso Prévio Não Trabalhado – Conversão em Pecúnia: Integração ao Tempo de Serviço e Natureza 1079
10.6. Aplicabilidade ou Não das Demais Regras da CLT 1080
10.7. Renúncia – Súmula nº 276 do TST e Negociação Coletiva 1081
11. Contrato a Termo 1081
12. Cabimento 1081
13. Base de Cálculo do Aviso Prévio 1083
14. Estabilidade 1083
15. Justa Causa 1084
16. Professor 1084

CAPÍTULO 33 – RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1087

Título I – Justa Causa 1087

1. Poder Disciplinar 1088
   1.1. Teoria Penalista 1088
   1.2. Teoria Civilista 1088
   1.3. Teoria Administrativista 1088
   1.4. Teoria do Direito Especial ou do Poder Especial 1088
2. Punições 1089
   2.1. Gradação da Pena 1090
3. Tipos de Punição 1090
   3.1. Advertência 1090
   3.2. Suspensão 1090
   3.3. Multa 1090
   3.4. Justa Causa 1091
      3.4.1. Sistema Legislativo 1092
      3.4.2. Forma 1093
      3.4.3. Tipos 1093
      3.4.4. Requisitos para Aplicação da Justa Causa 1094
4. Estudo de Algumas Faltas 1105
   4.1. Improbidade 1105
   4.2. Incontinência de Conduta 1106
   4.3. Mau Procedimento 1108
   4.4. Negociação Habitual por Conta Própria ou Alheia Quando Constituir Concorrência a Empresa ou Negociação Habitual por Conta Própria ou Alheia Quando for Prejudicial ao Serviço 1110
   4.5. Condenação Criminal Transitada em Julgado de Pena Privativa de Liberdade 1114
   4.6. Desídia 1116
   4.7. Embriaguez Habitual ou em Serviço 1119
   4.8. Violação de Segredo da Empresa 1123
   4.9. Insubordinação e Indisciplina 1125
   4.10. Abandono de Emprego 1127
   4.11. Ofensas Físicas contra o Empregador, Superior Hierárquico ou Qualquer Pessoa 1130
   4.12. Atos Lesivos da Honra e da Boa Fama 1131

4.13. Prática Constante de Jogos de Azar 1132
4.14. Perda da Habilitação ou Requisitos para Exercer a Profissão 1133
4.15. Atos Atentatórios à Segurança Nacional 1134
4.16. Falta Contumaz de Pagamento de Dívida 1140
4.17. Greve Declarada Ilegal ou Abusiva 1141

Título II – Despedida Indireta 1142

5. Nomenclaturas 1142
6. Conceito 1142
7. Requisitos 1142
8. Forma 1144
9. Pedido Justo de Demissão 1147
10. Tipos 1148
10.1. Serviços Superiores às Forças do Empregado, Defesos por Lei, Contrários aos Bons Costumes ou Alheios ao Contrato 1148
10.2. Tratado pelo Empregador ou Superior Hierárquico com Rigor Excessivo 1150
10.3. Correr Perigo Manifesto de Mal Considerável 1150
10.4. Descumprimento das Obrigações do Contrato de Trabalho 1151
10.5. Redução de Trabalho por Parte do Empregador Quando este for por Peça ou por Tarefa 1153
10.6. Art. 407 da CLT 1154

Título III – Culpa Recíproca 1154

11. Requisitos 1154

Título IV – Obrigações Decorrentes da Extinção do Contrato de Trabalho 1156

CAPÍTULO 34 – ESTABILIDADE 1159

1. Estabilidade e Garantia de Emprego 1159
2. Conceito 1160
3. Classificação da Estabilidade 1160
3.1. Quanto ao Tipo ou Forma 1160
3.2. Quanto à Duração 1162
3.3. Quanto ao Procedimento de Dispensa 1163
3.4. Quanto ao Interesse 1163
4. Contrato por Prazo Determinado 1164
5. Cargos e Atividades que Não Ensejam a Estabilidade 1164

6. Extinção da Estabilidade 1165
7. Ajuizamento da Ação Depois de Decorrido o Período de Estabilidade 1166
8. Reintegração e Readmissão 1166
9. Interrupção e Suspensão Contratual 1167
10. Hipóteses 1168
10.1. Estabilidade Decenal e FGTS 1168
10.1.1. Estabilidade Decenal e a Constituição de 1988 1169
10.1.2. Características 1169
10.2. Estabilidade Sindical 1170
10.2.1. Dirigente de Associação Profissional 1170
10.2.2. Dirigente Sindical 1171
10.2.3. Requisitos para Aquisição da Estabilidade 1172
10.2.4. Exceções 1176
10.2.5. Inquérito Judicial 1177
10.2.6. Características 1178
10.3. Estabilidade da Gestante 1178
10.3.1. Conhecimento pelo Empregador 1178
10.3.2. Conhecimento pela Empregada 1179
10.3.3. Reintegração ou Indenização 1180
10.3.4. Interrupção da Gravidez ou Morte da Mãe 1181
10.3.5. Estabilidade – Contrato a Termo 1182
10.3.6. Doméstica 1183
10.3.7. Características 1183
10.4. Estabilidade do Titular da CIPA 1184
10.4.1. Criação e Extinção 1184
10.4.2. Representante dos Empregados 1186
10.4.3. Extinção do Estabelecimento e Transferência 1186
10.4.4. Características 1187
10.4.5. Ajuizamento da Ação após o Prazo da Estabilidade 1187
10.5. Estabilidade do Acidentado 1188
10.5.1. Empregados Excluídos 1188
10.5.2. Requisitos 1189
10.5.3. Acidente de Trabalho, Doença Profissional e Doença do Trabalho 1189
10.5.4. Comunicação do Acidente 1191

10.5.5. Cessação do Auxílio-Doença 1192
10.5.6. Alta Médica 1192
10.5.7. Constitucionalidade do Art. 118 da Lei nº 8.213/91 1192
10.5.8. Características 1193
10.5.9. Contrato de Experiência ou Contrato a Termo 1193
11. Outras Estabilidades 1193
11.1. Empregado Público – Art. 41 da CRFB 1193
11.2. Empregado Público – Art. 19 do ADCT 1199
11.3. Empregado Público e Servidor Público 1200
11.3.1. Empregado Público e Servidor Público 1200
11.3.2. Empregados Públicos Admitidos há Menos de 5 Anos da Constituição/88 sem Concurso Público e a EC nº 19/98 .. 1201
11.3.3. Lei nº 9.962/2000 1202
11.3.4. Regime Jurídico Único e a Lei nº 9.962/2000 1204
11.4. Empregado Público de Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista 1205
11.5. Aprendiz – Art. 433 da CLT 1206
11.6. Membro do Conselho Nacional da Previdência Social 1206
11.7. Membro do Conselho Curador do Fundo de Garantia 1207
11.8. Membro da Comissão de Conciliação Prévia da Empresa 1207
11.9. Dirigentes Representantes dos Empregados nas Cooperativas ... 1207
11.10. Representantes dos Empregados nas Empresas com Mais de 200 Empregados 1208
11.11. Ato Discriminatório 1210
11.12. Leis Eleitorais 1211
11.13. Deficientes Físicos ou Reabilitados 1211
11.14. Portador do Vírus da AIDS 1214

CAPÍTULO 35 – FGTS – FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO E INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO 1217

Título I – FGTS 1217

1. Histórico 1217
2. Opção 1218
3. Cabimento 1221
4. Regime do FGTS 1221
4.1. Contas Vinculadas do FGTS 1222

4.1.1. Opção Simples – Lei nº 5.107/66 1223
4.1.2. Opção Retroativa – Prevista na Lei nº 5.958/73 1223
4.1.3. Opção com Transação – Prevista na Lei nº 5.107/66 1225
5. Administração do Fundo 1225
6. Natureza Jurídica do FGTS 1226
7. Exceção 1227
8. Base de Cálculo 1227
9. Indenização Adicional de 40% 1228
10. Conversão de Regime Jurídico 1229
11. Saques 1230
12. Prescrição do FGTS 1235
13. Expurgos Inflacionários 1236

Título II – Indenização por Tempo de Serviço 1238

14. Indenização por Tempo de Serviço 1238
15. Conceito 1239
16. Natureza Jurídica – Teorias 1239
16.1. Teoria do Crédito 1239
16.2. Teoria do Ressarcimento do Dano ou Assistencial 1240
16.3. Teoria do Risco Profissional, do Risco Criado ou da Teoria Objetiva 1240
16.4. Teoria da Previdência, Previdencial ou da Assistência Social 1240
16.5. Teoria da Pena ou Penal 1240
16.6. Teoria do Prêmio, Premial ou Prêmio Colaboração 1241
16.7. Teoria do Salário Diferido ou Retido 1241
16.8. Teoria do Abuso do Direito 1241
16.9. Teoria da Integração do Aviso Prévio 1241
17. Conclusão e Teorias Mistas 1242

CAPÍTULO 36 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA 1243

1. Breve Histórico 1243
2. Finalidade e Natureza Jurídica 1243
2.1. Introdução 1245
3. Prescrição 1245
3.1. Conceito 1245
4. Decadência 1247
4.1. Conceito 1247

4.2. Diferenças entre a Prescrição e a Decadência 1248
5. Normas Gerais de Prescrição 1249
6. Prescrição Trabalhista 1250
7. Espécies de Prescrição 1250
7.1. Extintiva 1250
7.2. Total 1251
7.3. Parcial 1252
8. Casos Especiais 1253
8.1. Menor 1253
8.2. Demais Casos 1254
9. Das Causas que Obstam o Fluxo do Prazo Prescricional 1254
9.1. Interrupção 1256
9.2. Demora na Citação 1257
9.2.1. Ajuizamento da Ação 1258
9.2.2. Arquivamento 1258
9.2.3. Contagem do Prazo Interrompido 1259
9.2.4. Protesto Judicial 1260
9.3. Suspensão e Impedimento 1260
10. Contagem da Prescrição 1263
10.1. *Dies a Quo* (Termo Inicial da Contagem do Prazo) 1263
10.1.1. Extintiva – Prazos – Jurisprudência 1263
10.1.2. Parcial – Prazos – Jurisprudência 1263
10.1.3. Total – Prazos – Jurisprudência 1263
10.2. *Dies Ad Quem* (Termo Final da Contagem do Prazo) 1263
11. Arguição da Prescrição 1264
12. Prescrição Intercorrente 1265

CAPÍTULO 37 – PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO 1267
1. Histórico da Proteção de Dados 1268
2. Aplicação da LGPD no Espaço 1271
3. Inaplicabidade da LGPD 1271
4. Conceitos Trazidos pela LGPD 1273
5. Princípios da LGPD 1275
6. Sujeitos da LGPD 1276
6.1. Titular dos Dados Pessoais 1277
6.2. Controlador 1278

6.3. Operador 1278
6.4. Controlador por Equiparação 1284
6.5. Encarregado 1285
6.5.1. Conceito e Atribuições 1285
6.5.2. Questões Polêmicas Acerca do Encarregado 1286
7. Bases Legais para o Tratamento de Dados 1291
7.1. Pesquisa de Antecedentes (*Background Checks* e *Pre-Employment Vetting*) 1293
7.2. Utilização de Dados Biométricos dos Empregados 1295
7.3. Monitoramento de Redes Sociais 1297
7.4. As Relações de Trabalho e o Risco do Tratamento de Dados Pessoais Baseado no Consentimento 1297
8. Decisões Automatizadas 1299
9. Término do Tratamento de Dados 1301
10. Negociação Coletiva sobre Tratamento de Dados 1302
11. Responsabilidade Civil 1303

UNIDADE II
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

CAPÍTULO 38 – DIREITO COLETIVO 1307
1. Introdução 1307
2. Denominação 1308
3. Autonomia 1308
4. Definição 1309
5. Princípios 1309
5.1. Princípio da Liberdade Sindical 1309
5.2. Princípio da Preponderância do Interesse Coletivo sobre o Individual 1310
5.3. Princípio da Autonomia Coletiva ou Poder de Autorregulamentação 1311
5.4. Princípio da Busca do Equilíbrio Social ou da Paz Social 1311
5.5. Princípio da Adequação ou da Adaptação 1311
5.6. Princípio do Limite da Negociação Coletiva 1312
5.7. Princípio da Boa-fé ou da Lealdade entre os Negociantes 1321
5.8. Princípio da Intervenção Obrigatória dos Sindicatos 1322

5.9. Princípio da Equivalência entre os Negociantes ... 1322
5.10. Princípio da Atuação de Terceiros ... 1322
5.11. Outros Princípios ... 1322
6. Entes Coletivos – Histórico ... 1324
6.1. Resumo Cronológico ... 1327
7. Sindicatos ... 1327
7.1. Conceito ... 1327
7.2. Natureza Jurídica e Representação do Sindicato ... 1328
7.3. Condições de Registro e Funcionamento ... 1331
7.4. Forma de Custeio – Contribuições Sindicais ... 1332
8. Formas de Solução de Conflitos Coletivos ... 1333
8.1. Conflitos Coletivos do Trabalho ... 1335
8.2. Autodefesa ou Autotutela ... 1339
8.3. Autocomposição ... 1340
8.4. Heterocomposição ... 1341
9. Negociação Coletiva do Trabalho ... 1342
9.1. Conceito e Características ... 1342
9.2. Procedimento da Negociação Coletiva ... 1344
9.3. Classificação das Negociações Coletivas do Trabalho ... 1344
10. Formas Extrajudiciais de Solução dos Conflitos Coletivos de Trabalho 1346
10.1. Conciliação ... 1346
10.2. Mediação ... 1347
10.3. Arbitragem ... 1349
10.4. *Mini-trial* ... *1352*
10.5. *Summary Jury Trial* ... 1353
10.6. *Early Neutral Evaluation* ... 1353
10.7. *Ombudsman* ... 1353
10.8. Tribunais Privados ou *Rent a Judge* ... 1353
10.9. *Fact-finding* ... 1354
10.10. Termo de Ajuste de Conduta ... 1354
10.11. Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho ... 1354
10.11.1. Conceito ... 1354
10.11.2. Natureza Jurídica – Teorias ... 1355
10.11.3. Duração, Pressupostos e Validade ... 1357
10.11.4. *Quorum* ... 1359

10.11.5. Espécies de Cláusulas Coletivas 1361
10.11.6. Efeitos das Cláusulas Coletivas sobre o Contrato de Trabalho 1361
10.11.7. Peculiaridades do Acordo Coletivo 1364
10.11.8. Conflito entre Acordo e Convenção Coletiva 1365
10.11.9. Legitimados 1367
10.11.10. Categoria e Base Territorial 1368
10.11.11. Nulidade da Norma Coletiva 1370
10.12. Contrato Coletivo de Trabalho 1372
11. Poder Normativo na Justiça do Trabalho e a EC nº 45/04 1374
11.1. Introdução 1374
11.2. Poder Normativo da Justiça do Trabalho 1374
11.3. Emenda Constitucional nº 45/04 1376
11.4. Críticas 1377
11.5. Dissídio Coletivo de Natureza Econômica por Mútuo Consentimento 1378

CAPÍTULO 39 – GREVE 1381
1. Conceito 1381
2. Origem da Palavra 1381
3. Histórico 1382
3.1. No Brasil 1382
4. Natureza Jurídica 1383
5. Finalidade 1384
6. Suspensão do Contrato de Trabalho 1385
7. Tipos de Greve 1385
8. Requisitos 1387
9. Legitimidade 1388
10. Limitação do Direito de Greve 1388
11. Greve Abusiva ou Ilícita 1390

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 1393

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 1407